

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL  
CURSO DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM HISTÓRIA**

**MARIA EDUARDA TOZELLI**

**OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS VARGUISTAS EM MINEIROS DO TIETÊ-SP (1930-  
1945)**

**ITUIUTABA/MG  
2024**

MARIA EDUARDA TOZELLI

Os impactos das políticas varguistas em Mineiros do Tietê-SP (1930-1945)

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de graduado(a) em História Licenciatura e Bacharelado.

Orientadora: Profa. Dalva Maria de Oliveira Silva

Banca examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dalva Maria de Oliveira Silva (Orientador)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Drielly dos Santos Teixeira  
(ICHPO – UFU)

---

Prof. Dr. Vitor Koiti Miyazaki  
(ICHPO – UFU)

Ituiutaba/MG  
2024

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, Janaina, por ser a mulher mais forte e dedicada que conheço. Sem sua presença, conselhos, renúncias e perseverança, não seria metade do que sou. Você é meu exemplo!

Aos meus avós, Ivone, Cecília e Fernando, por serem meu abrigo, minha fiel torcida, companheiros e criadores de mim. Todo o amor e cuidado que posso oferecer ainda não é o suficiente, por isso, sempre estarei aqui por vocês como sempre estiveram.

Ao meu irmão, Benício, por ser um menino doce, amoroso e muito inteligente. Obrigada por todas as conversas sobre jogos, futebol, bandeiras e cidades. Não sabia que era possível amar alguém de forma tão genuína antes de você chegar.

A minha namorada, Ana Cecília, por chegar de fininho e fazer morada no meu coração. Não trocaria nossos momentos, bons e ruins, por nada nesse mundo, você é uma mulher brilhante, divertida e me inspira todos os dias. Obrigada pela paz do teu amor.

As Maria's, Maria Eduarda e Maria Brenda, por tornarem essa jornada muito mais divertida e confortável. Com vocês é fácil ser quem sou, entender a vida adulta e dividir caminhos tão iguais e tão diferentes. Obrigada por toda a paciência, desabafos, puxões de orelha, risadas e companheirismo. Vocês são inesquecíveis e sempre serão parte de mim.

A minha melhor amiga, Isabella, mesmo longe sempre estive ao meu lado com todo apoio e compreensão. Obrigada por ser meu segundo lar. Aqui até outras vidas, minha irmã de alma.

Aos moradores da nossa pequena república, Theo e Adriel, a nossas conversas intermináveis de madrugada, aos macarrões de domingo, a todas as risadas, festas e confusões que passamos juntos. Tornamos por 3 anos uma casa toda torta, a nossa casa em Ituiutaba e um espaço onde nossos colegas também se sentiam confortáveis.

Aos mineiros do tieteense, Julia, Bruna, Lucas, Duda, Carlinhos, Marina, Liedson, Vinicius e Gabi, por tornarem a cidade tão especial. Obrigada por todas as experiências que compartilhamos e por me mostrarem o que é amizade.

Ao meu tio avô, Nelson, por ter tanto zelo e curiosidade por Mineiros do Tietê, abrindo caminhos e dispondo de seu tempo para que eu pudesse realizar esta pesquisa.

A minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dalva Maria de Oliveira Silva, por ter aceitado fazer parte desse momento acadêmico tão importante, acreditando na minha capacidade intelectual.

Ao corpo docente do curso de graduação em História do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) pelo comprometimento em formar

bons historiadores. E em especial agradecer aos professores Luiz Antônio Sabeh, Aurelino José Ferreira Filho e Carla Drielly dos Santos Teixeira, por se mostrarem disponíveis e serem tão atenciosos em diversas questões durante a graduação.

Por fim, agradeço a cidade de Mineiros do Tietê por ser morada de muitos daqueles que amo, por toda afetividade e boas memórias que criei nesse local durante toda minha vida. Poder conhecer sua história e fazer parte dela é um privilégio.

## **LISTA DE IMAGENS**

**Imagem 1:** Praça principal e Igreja de Santo Antônio em Mineiros do Tiete/SP .....8

**Imagem 2:** Tabela de preços máximos .....20

**Imagem 3:** Anúncio de jornal sobre consignação de café .....23

## OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS VARGUISTAS EM MINEIROS DO TIETÊ-SP (1930-1945)

**RESUMO:** A Era Vargas foi um período de profundas transformações no Brasil, com impactos que se estenderam da esfera nacional até as pequenas cidades. Este trabalho investiga como essas mudanças, especialmente as reformas na administração pública e o controle centralizado do poder, afetaram o município de Mineiros do Tietê, no interior de São Paulo. Utilizando como fontes principais as atas da Câmara Municipal e os jornais locais *A Reação* e *Jornal de Mineiros*, o estudo explora a reorganização administrativa, o papel da imprensa local e as intervenções econômicas do governo federal. Este trabalho ainda visa entender como as políticas varguistas foram recebidas e aplicadas no contexto de uma pequena cidade, revelando a interação entre o poder central e as dinâmicas locais durante um período de intensa centralização política e transformação social.

**Palavras-chave:** Era Vargas; Mineiros do Tietê; Administração Pública; Imprensa local

### INTRODUÇÃO

A Era Vargas, que se estendeu de 1930 a 1945, representa um período crucial na história do Brasil, marcado por transformações políticas, sociais e econômicas. Este estudo se propõe a explorar as dinâmicas locais em Mineiros do Tietê/SP, um município que, embora pequeno, reflete as complexidades e os impactos das reformas administrativas implementadas durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. As reformas visavam modernizar a administração pública, substituindo práticas tradicionais por uma gestão mais centralizada e eficiente, o que teve repercussões significativas nas esferas municipal e estadual.

Neste contexto, as atas da Câmara Municipal de Mineiros do Tietê emergem como documentos fundamentais para compreender as decisões políticas e administrativas que moldaram a vida local. Elas oferecem um registro das interações entre o governo central e as administrações municipais, evidenciando como as diretrizes nacionais se desdobravam em ações concretas no cotidiano da comunidade.

Além disso, a análise da imprensa local, representada pelos jornais *A Reação* e *Jornal de Mineiros*, revela o papel vital que esses veículos desempenharam na formação da opinião pública e na disseminação das ideologias vigentes. A cobertura jornalística, frequentemente alinhada ao governo Vargas, não apenas informava a população sobre questões administrativas, mas também refletia as esperanças e preocupações da comunidade em um período de mudanças significativas.

Assim, este trabalho busca articular a relação entre as reformas administrativas, as decisões da Câmara Municipal e a atuação da imprensa local, proporcionando uma visão abrangente das transformações ocorridas em Mineiros do Tietê durante a Era Vargas. Através dessa análise, pretende-se destacar a importância das fontes locais na construção do conhecimento histórico e na compreensão das dinâmicas sociais e políticas que moldaram o Brasil em um momento decisivo de sua trajetória.

## **MINEIROS DO TIETÊ: UMA TÍPICA CIDADE INTERIORANA**

A migração mineira do século XVIII, impulsionada pela decadência do ciclo do ouro em Minas Gerais, é um fenômeno de grande importância na história da ocupação do interior do Brasil. Com o esgotamento das jazidas auríferas, a economia mineira entrou em declínio, o que gerou um processo de deslocamento populacional significativo. O sul de Minas Gerais, por exemplo, experimentou um aumento de população devido à concentração de pessoas em busca de novas oportunidades econômicas, o que levou ao aumento considerável do preço das terras. Essa valorização dificultou o acesso à terra para grande parte da população, especialmente os menos abastados, promovendo um processo de marginalização social<sup>1</sup>.

Nesse contexto, muitos mineiros passaram a procurar alternativas para garantir sua subsistência, e uma das soluções encontradas foi a busca por terras devolutas e de baixo custo no interior de São Paulo. Tal movimento migratório, ocorrido anos após o auge do ciclo do ouro, está relacionado com a expansão das fronteiras agrícolas e o avanço sobre áreas até então pouco ocupadas do Brasil. Esses migrantes ficaram conhecidos como "mineiros de torna-viagem", pois eram descendentes de paulistas que, em um movimento anterior, haviam migrado para Minas Gerais durante o ciclo do ouro. Agora, realizavam o movimento inverso, retornando a São Paulo em busca de novas oportunidades, especialmente nos sertões da região centro-oeste do estado<sup>2</sup>.

A ocupação dessas áreas foi fundamental para o surgimento de várias cidades no interior paulista. Entre as localidades fundadas por esses migrantes mineiros destacam-se Mineiros do Tietê, Brotas, Dois Córregos e Jaú. Esses núcleos urbanos surgiram como resultado do impulso agrícola, em especial a partir da produção de café, que nas décadas seguintes viria a consolidar-se como a principal atividade econômica do estado de São Paulo.

---

<sup>1</sup> TABLAS, Heusner Graef; BOTURA, Nelson Natal. Achados históricos de Mineiros do Tietê. 1. ed., p.105, Mineiros do Tietê: Editora Shekiah, p. 15, 1990.

<sup>2</sup> Ibid., p. 15.

Esse processo de fundação de cidades revela a dinâmica complexa da migração interna no Brasil pós-colonial, evidenciando como fatores econômicos e sociais moldaram a distribuição populacional e a formação das cidades.

Antes de se tornar um município, era compreendido como Distrito da Paz (1891), conhecido socialmente como “Bairro dos Mineiros”. Em 1898, através da Lei Estadual nº 581, foi elevado à categoria de município com o nome de Mineiros, elegendo administradores municipais, intendente (prefeito) e câmara de vereadores para sua composição. Apenas em 1944 seu nome é alterado e pela influência do rio que banha o sul de seu território, torna-se o que é na atualidade, Mineiros do Tietê<sup>3</sup>.

Atualmente, o município de Mineiros do Tietê conta com uma população de aproximadamente 11.230 habitantes<sup>4</sup>. Caracterizada por um ambiente tranquilo e acolhedor, atributos comuns às cidades do interior paulista, Mineiros do Tietê destaca-se por suas tradições culturais e religiosas. As festividades populares e religiosas desempenham um papel central na vida social da cidade, atraindo, inclusive, moradores de localidades vizinhas. Entre seus marcos históricos e culturais, destaca-se a Igreja Matriz, que, além de simbolizar a formação católica da cidade, constitui um importante ponto de referência. As celebrações religiosas, como a festa do padroeiro e outros eventos populares, reforçam o senso de comunidade local, atuando como elementos cruciais de coesão social e preservação das tradições. E é devido a sua história pouco explorada, recheada de elementos díspares e aparentemente sem relações, que desperta a curiosidade de compreender melhor onde esse município de nome intrigante se encaixa dentro da lógica nacional, bem como suas peculiaridades.

**Imagem 1:** Praça principal e Igreja de Santo Antônio em Mineiros do Tiete/SP<sup>5</sup>



<sup>3</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE MINEIROS DO TIETÊ. Histórico do município. Disponível em: <https://www.mineirosdotiete.sp.gov.br/paginas/portal/paginaInterna?id=1#:~:text=O%20povoamento%20da%20regi%C3%A3o%20banhada,os%20Gomes%20e%20Alves%20Pereira.>

<sup>4</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/mineiros-do-tiete.html>

<sup>5</sup> A foto foi retirada do arquivo pessoal de Nelson Botura, emprestada para a confecção da pesquisa, contudo não possui informações de data e autoria. Entretanto, é possível estimar que a foto foi tirada no século XX, por suas características físicas semelhantes a outras datadas do mesmo arquivo.



## CONTEXTUALIZAÇÃO: A ERA VARGAS

Existe, antes de qualquer fator decorrente ser abordado, a necessidade de discorrer, minimamente, sobre os acordos estabelecidos entre os estados de São Paulo e Minas Gerais na Primeira República e a importância basilar que possuiu para manter a estabilidade durante o período de 1898 a 1930, já que o descumprimento da “política café com leite” tornou-se central para o rompimento dessa fase na história do Brasil. Um dos desdobramentos finais desse cenário foi a nomeação do paulista Júlio Prestes como sucessor de Washington Luís à presidência em 1929, além da cisão das elites dominantes e dos múltiplos descontentamentos gerados pela crise mundial<sup>6</sup>.

Todos esses elementos contribuíram, de uma forma ou outra, para a emblemática “Revolução de 30”, resultante das eleições de 1930, com a perda da Aliança Liberal e o assassinato do candidato a vice-presidente João Pessoa por seu rival, João Dantas, devido a razões privadas e públicas. A derrota nas urnas não eliminou a instabilidade política no país, juntando jovens militares de baixa patente, remanescentes das revoltas tenentistas e oligarcas mineiros, aumentando as reivindicações de Vargas e a Aliança Liberal pela morte de João Pessoa, tornando-o um mártir, dando provas para erradicar o sistema político vigente e iniciar ações militares contra o governo de Washington Luiz.

Em 24 de outubro de 1930, a Revolução chega em seu ponto máximo com a deposição de Washington Luís, entretanto fica claro que a estrutura oligárquica continuava presente e um novo pleito eleitoral não poderia ser realizado, já que a conquista seria colocada em risco, tornando possível o início de um governo provisório sob o poder de Getúlio Vargas e seus traços regionais, com apoio militar. A posse de Vargas ocorreu em 3 de novembro, marcando o fim da Primeira República e um novo tempo, ainda não definido<sup>7</sup>.

Implicações como a heterogeneidade dos grupos revolucionários foram preocupações ocasionadas pós 1930, mas o que deve ser levado em consideração é a troca das elites ao poder, dando lugar aos militares, técnicos diplomados, jovens políticos e industriais<sup>8</sup>, sem muitas rupturas. Houve, também, a centralização de questões econômicas, financeiras e políticas ao Estado, e sua maior autonomia, representando o movimento inverso do poder oligárquico. Tornando-se distinto ao que o Brasil já havia experienciado anteriormente, atuando na

---

<sup>6</sup> FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, p. 295, 1996.

<sup>7</sup> BRASIL. DECRETO Nº 19.398, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1930. Instituição do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=DECRETA%3A,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico>.

<sup>8</sup> Ibid., p. 327

economia com o objetivo de promover a industrialização, atuação social em prol dos trabalhadores urbanos, estabelecendo uma aliança de classes e estado, assim como o papel dado às Forças Armadas, no qual eram responsáveis pela garantia da ordem interna e a criação de uma indústria de base. Entendendo aqui que Vargas fez a promoção do capitalismo nacional, dando mais espaço aos quadros técnicos governamentais do que aos empresários.

Tais mudanças não ocorreram da noite para o dia, muito menos começaram de um projeto conjunto realizado pelos revolucionários. Nesse sentido, é inerente compreender o Estado Getulista entre o período de 1930 a 1945, dividido em tres partes, sendo eles: provisório, constitucional e Estado Novo<sup>9</sup>. Perdurando 15 anos consecutivos a partir do voto indireto e em grande medida, ditador. Características importantes a esse momento estão relacionadas à colaboração entre Estado e Igreja, a centralização estatal, a política do café, a criação de leis trabalhistas e a educação.

O processo político que se delineou no começo do governo foi pautado pela questão tenentista e a luta contra as oligarquias. Os “tenentes” compuseram um programa mais inteligível, visando reformas nos âmbitos políticos, econômicos e sociais a partir de um governo federal estável e centralizado. Tais reformas propunham a instalação de indústrias base, atendimento às regiões do país de maneira uniforme, assim como, a nacionalização de minas, meios de transporte, comunicação e navegação, além da elaboração de uma nova Constituição.

Vargas se aproveitou desse contexto para enfraquecer as oligarquias estaduais em duas regiões distintas: São Paulo e o Nordeste. No Nordeste, a atuação dos tenentes gerou descontentamento entre grupos dominantes das áreas mais centrais do país. Já em São Paulo, o governo federal enfrentou uma guerra civil, conhecida como Revolução Constitucionalista de 1932, que intensificou o conflito entre Getúlio, os tenentes e a população paulista, resultando na marginalização da elite local. Embora o governo tenha atendido a algumas reivindicações, a promulgação do Código Eleitoral, em fevereiro de 1932, não teve uma correlação direta com esses eventos. O novo código estabeleceu o voto secreto e obrigatório, buscando reduzir fraudes e tornar o processo eleitoral mais estável.

---

<sup>9</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 30: as incertezas do regime. In: ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, João Pessoa, 2003.

Em 1933, o tenentismo já havia se degradado como movimento, subordinando-se a Vargas e/ou aumentando o contingente de partidos de direita e esquerda. Ainda nesse ano, são realizadas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e uma participação significativa do povo e de organizações partidárias muito diferentes entre si, entretanto serviu para mostrar a força das elites regionais e seus interesses ainda presentes.

Apenas em 1934 é promulgada a Constituição, podendo ser vista como reflexo das mudanças ocorridas e também um alerta, já que teve como inspiração o modelo da Constituição de Weimar existente na Alemanha a partir da ascensão do nazismo no fim da Primeira Guerra Mundial<sup>10</sup>. Em julho de 1934, através do voto indireto realizado pela Assembleia Nacional Constituinte, Vargas é eleito presidente da República e deveria exercer seu cargo até maio de 1938, sem possível reeleição, iniciando uma nova fase de gestão.

Com a promulgação da Constituição de 1934, as tentativas de Getúlio Vargas em manter um governo centralizador com medidas autoritárias eram menores, entretanto o contexto ideológico mundial fez-se criar a narrativa da “ameaça comunista”, advinda da Revolução de 1917 e o avanço de ideologias revolucionárias na Europa, se estendendo ao Brasil através de movimentos operários anarquistas, de ação direta sobre o governo instituído, ampliando o poder do presidente em prol da segurança e combate ao “perigo iminente”. A dicotomia presente na época, era personificada no Brasil pela Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL)<sup>11</sup>.

A ocorrência do Movimento Antifascista de 1935, realizada por militantes e revolucionários da ANL presentes em todo território nacional, com o objetivo de lutar contra um ideal autoritário e opressor, a detenção do avanço imperialista sobre o Brasil e a contenção do latifundismo<sup>12</sup>, tornou-se uma significativa ameaça ao regime varguista, tendo como consequência seu encerramento no mesmo ano, seguidos por devassamento de documentos da Aliança pela polícia e a prisão de seu líder, Luís Carlos Prestes<sup>13</sup>, além da criação da Lei de Segurança Nacional, afrontando crimes contra a ordem política e social<sup>14</sup>, aumentando a

---

<sup>10</sup> FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, p.352, 1996

<sup>11</sup> AIB criada em 1932, tinha caráter nacionalista, ufanista, segregacional e fascista, enquanto a ANL, criada em 1934, possuía o ideal de luta contra o fascismo, abertamente anti-integralista e muitas vezes denominada como uma instituição comunista, ainda que obtivessem maior abrangência e não apenas um segmento único. Mais sobre em: SILVA, Hélio. 1935 – A Revolta Vermelha. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

<sup>12</sup> VIEIRA; PEREIRA, Marcello Amorim; Rafael Jorge Schaeffer. POSTURAS ANTAGÔNICAS E ANSEIOS DE MUDANÇA: UM OLHAR SOBRE A INTENTONA COMUNISTA DE 1935. Anais da XI Semana de História UFES, 2018.

<sup>13</sup> O movimento ainda reverbera como exemplo de luta antifascista e ideais democráticos, deixando uma herança cíclica de reivindicações de direitos no país durante toda sua história.

<sup>14</sup> É entendido aqui, crimes contra a ordem política e social, definidos pela Lei de Segurança Nacional: Tentar diretamente e por facto, mudar, por meios violentos, a Constituição da República, no todo ou em parte, ou a forma

perseguição a grupos opositores, inibindo qualquer reação contrária à “campanha” ditatorial delineada.

Em meio a tudo isso, as relações entre o Exército e Getúlio Vargas ficam mais estreitas, levando ao golpe de Estado em novembro de 1937, instituindo o Estado Novo<sup>15</sup>. O pretexto ao golpe anunciado e silencioso, derivou da “descoberta” de um plano comunista idealizado por um judeu, nomeado de Plano Cohen, sendo revestido por aspectos racistas e a necessidade de um Estado forte para defender a nação dos inimigos externos<sup>16</sup>, divulgado por meios de comunicação autorizados pelo governo. Entendendo o golpe como a consolidação de um processo de repressão construído aos poucos, apoiado por intelectuais, militares e políticos civis.

O Estado Novo no Brasil representou pressupostos de Estado-Nação forte, com autoritarismo político, ideologia nacionalista extrema, onde o governo promoveria as atividades do cidadão, desenvolvimento e espírito de nacionalidade. Para isso, a fusão entre Estado/Nação, governo/comunidade, era advinda do culto ao “chefe” dessas instâncias quando não houvesse a presença de um partido único, como foi o caso de Getúlio Vargas, através de comemorações cívicas e a inserção no imaginário social de que “nosso partido é o presidente”<sup>17</sup>. Deve ficar claro que, ao Estado minar outras formas de poder, silenciar pluralidades sociais e usar a política de maneira arbitrária, baseados em ideais como os realizados por Vargas, foram e são ditaduras.

Não há como deixar de citar o caráter industrialista da política econômica de Vargas e o nacionalismo empregado nesse meio. O desenvolvimentismo foi um fenômeno que acometeu países latino americanos e asiáticos no século XX e pode ser entendido tanto para referir-se a uma manifestação da esfera do pensamento (ideologia ou teorias) como para nomear práticas históricas de política econômica, estas geralmente associadas a “Estado desenvolvimentista”.

---

de governo por ela estabelecida. Presente em: BRASIL. Poder Legislativo. LEI Nº 38, DE 4 DE ABRIL DE 1935, cap 1, art 1, 1935. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html#:~:text=Define%20crimes%20contra%20a%20ordem%20pol%C3%ADtica%20e%20social.&text=S%C3%A3o%20crimes%20contra%20a%20ordem,Art.>

<sup>15</sup> O Novo representava o ideal político de encontrar um meio que se afastasse do capitalismo liberal e do comunismo, já que Vargas era profundamente antiliberal. Mais sobre: D'ARAUJO, Maria Celina. Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed. 1, p. 8, 2000.

<sup>16</sup> O Plano Cohen era uma farsa, elaborado por Olímpio Mourão Filho, então capitão do exército em 1937 e posteriormente general em 1964. Naquele ano, liderou suas tropas de Juiz de Fora rumo ao Rio de Janeiro, dando início ao golpe militar. Apesar de seu papel inicial, acabou sendo marginalizado pelo regime. Mourão Filho também teve ligação com o integralismo. Mais sobre em: Ibid, p. 15.

<sup>17</sup> DE SOUZA, R. L. OLIVEIRA VIANA, DEMOCRATA? Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 4, n. 2, 2007.

A partir de 1930 os governos latinos começam a incentivar a industrialização e a executar políticas econômicas que evidenciam um projeto desenvolvimentista, mas sem que houvesse um planejamento para a ocorrência dele. E a forte presença do Estado na maioria desses países pode ser observada com a criação de instituições, a centralização político-administrativa e a ampliação do intervencionismo em muitos deles, com o objetivo claro de levar a economia a novos rumos. “O Estado nacional aos poucos constituiu-se como núcleo organizador da sociedade e alavancou a construção do capitalismo industrial no país”<sup>18</sup>.

Salienta-se que toda ação estatal desenvolvida pelo Estado desenvolvimentista não se restringe a área econômica e estende-se à educação, cultura, saúde pública, leis sociais, meio ambiente etc. Para além das ideias precursoras do nacional desenvolvimentismo, é possível citar as dimensões em que a ação de Vargas foi evidente, tais como sua relação com os grupos sociais, os choques que a efetivação desse ideário de nacionalismo desenvolvimentista implicava com empresas estrangeiras instaladas no país, bem como, a criação de uma economia moderna com certo grau de autonomia e uma identidade cultural, as duas com caráter nacional<sup>19</sup>.

A atuação de Vargas entre 1930 a 1945 teve influência direta em todas as regiões do país, mesmo sofrendo impactos de diferentes formas, pensando na dimensão continental do Brasil. Visto por uma ótica mais generalizada, as contribuições apresentadas pelo governo foram advindas das criações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Companhia Siderúrgica Nacional, Implantação do projeto que mais tarde resultaria na criação da Petrobrás, na consolidação de Leis Trabalhistas, reformas administrativas, instrumentos legais e novos Ministérios (Educação, Saúde, Trabalho, Indústria e Comércio, etc.).

Mas como isso pode ser observado em pequenas cidades como Mineiros do Tietê-SP? Quais foram as ações desempenhadas nesse município do interior paulista? Qual a dinâmica interna exercida? Tais questões podem ser respondidas através das análises de fontes realizadas para a confecção desta pesquisa. Entretanto, é essencial que se compreenda a reforma administrativa no primeiro governo Vargas, seus principais aspectos e escoamentos nos municípios brasileiros.

## **REFORMA ADMINISTRATIVA NO GOVERNO VARGAS**

---

<sup>18</sup> BALBI, Irineu Belo; ISMAEL, Ricardo Emmanuel de Carvalho. Reforma administrativa no Brasil em perspectiva histórica: centralização, modelo burocrático e desenvolvimento. Dissertação de Mestrado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p.17. 2015.

<sup>19</sup> FONSECA, Pedro. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro. Brasília: IPEA, p. 68, 2014.

A administração pública no país era marcada pelo patrimonialismo, autoritarismo, predomínio da corrupção, do nepotismo e da ineficiência na gestão estatal, em uma economia com baixo grau de competitividade e concentração da função pública em uma sociedade ainda eminentemente aristocrática<sup>20</sup>. Desse modo, as preocupações do presidente serão com as questões do funcionalismo e importará na realização de reformas que busquem trazer maior economia e eficiência no serviço público e profissionalização e impessoalidade na função administrativa.

Após 1930 foram estabelecidas diversas normas básicas que trataram de organizar a administração pública orientada pela padronização, prescrição e pelo controle. Foram implementados mecanismos característicos da administração racional-legal<sup>21</sup>, conforme os princípios weberianos, incluindo a criação de estatutos e de órgãos normativos e de fiscalização, com a finalidade de definir diretrizes e regras, além de uniformizar os procedimentos a serem seguidos. O objetivo era estabelecer uma burocracia baseada na meritocracia e no universalismo, que funcionasse como o impulso para a expansão desenvolvimentista do Estado.

A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) em 1938 é considerada um marco do governo na administração pública, atuando como centro irradiador, servindo a políticas de centralização de poder por meio da atuação dos departamentos administrativos estaduais. Sua implementação já estava prevista no artigo 67<sup>22</sup> na Constituição de 1937.

---

<sup>20</sup> Assim como no Brasil Império, no primeiro período da República, enquanto os senhores de Terra e os grandes comerciantes se ocupavam da economia, ao Estamento burocrático ligado por laços de família ao patriarcado rural cabia dominar com relativa autonomia o Estado e a Política. Mais sobre em: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Do Estado Patrimonial ao Gerencial. In: Afrânio Garcia; Ignacy Sachs; Jorge Wilhelm; Paulo Sérgio de M.S. Pinheiro (Orgs.). Brasil: Um Século de Transformações. São Paulo, SP: Cia. das Letras, p. 222, 2001.

<sup>21</sup> Tais características são: A autoridade e as atividades são estruturadas e reguladas por um conjunto de leis, normas e procedimentos formais, que garantem a previsibilidade e a consistência das decisões; As funções e responsabilidades são claramente definidas, e há uma divisão de trabalho entre os funcionários, que ocupam cargos com competências específicas; A organização deve ser estruturada hierarquicamente; As decisões e interações são impessoais, baseadas em regras e não em preferências pessoais; As atividades administrativas são orientadas por uma lógica racional; A seleção e promoção de funcionários são baseadas em critérios de competência e mérito e as decisões, normas e regulamentos são registradas e documentadas formalmente. Mais sobre em: MEDEIROS, P. H. R. Do Modelo Racional-Legal ao Paradigma Pós-Burocrático: Reflexões sobre a Burocracia Estatal. Organizações & Sociedade, [S. l.], v. 13, n. 37, 2014.

<sup>22</sup> Possível ler mais sobre em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10620471/artigo-67-da-constituicao-federal-de-10-de-novembro-de-1937>.

Entretanto, é importante frisar que o clientelismo não foi erradicado dos meios públicos e do Estado, predominando um sistema estatal híbrido de administração, tendo aspectos racionais-legais, mas com dinâmica ainda clientelista<sup>23</sup>.

Ocorreu uma intensa centralização política sob o comando do governo federal, em detrimento dos estados e municípios e, apesar de avanços na administração pública federal, conviveu com aspectos clientelistas e práticas da meritocracia para ingresso no serviço público, uma das características da tradicional burocracia weberiana. O Estado, no entanto, deu importantes passos em direção a este modelo. Iniciou-se, também, o ciclo de reformas administrativas, juntamente com o redesenho das funções do Estado<sup>24</sup>.

Durante esse período as instituições relativas à administração pública foram implementadas nas cidades do interior de maneira a dar o suporte técnico necessário, também foram criadas no âmbito do governo estadual, com o intuito de atuar no meio urbano, já que anteriormente as políticas de desenvolvimento, bem como a administração desempenhada na Primeira República visavam a fixação da população no campo e a sustentação do sistema agroexportador cafeeiro. Nesse quadro proposto pelo governo Vargas, o processo de urbanização se dava em congruência ao desenvolvimento da indústria, além de dar maior atuação ao poder municipal. Importante ressaltar que, apesar desse processo urbano, entre 1930 a 1940, mais de setenta por cento da população brasileira ainda vivia no campo.

O papel atribuído aos municípios brasileiros muda, assim como seu nível de controle e importância dentro da organização administrativa, aumentando a utilidade e finalidade que essas entidades possuíam. Enquanto o prefeito, nomeado pelo governador do Estado, assegurava a execução das leis e serviços, dando soluções aos problemas de mesma ordem ao gerir questões públicas. Sendo possível compreender que não mais pela afeição que se tinha pela pessoa, mas sim por seu perfil técnico, o indivíduo se tornaria prefeito, promovendo a “industrialização” do serviço público.

A incorporação de funções específicas do campo do urbanismo nos órgãos de assistência técnica aos Municípios se inclui no processo de formação de uma elite burocrática desvinculada da política, que persegue os critérios de eficiência, economia e racionalidade colocados pelo projeto de modernização da administração pública na Era Vargas. Esta face urbanística, envolvendo traçado das cidades, do plano e normas para edificações, controle da expansão será empreendida por profissionais em várias regiões do país como, por exemplo Anhaia Mello,

---

<sup>23</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. In: Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

<sup>24</sup> BALBI, Irineu Belo; ISMAEL, Ricardo Emmanuel de Carvalho. Reforma administrativa no Brasil em perspectiva histórica: centralização, modelo burocrático e desenvolvimento. Dissertação de Mestrado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p.19. 2015.

Washington Azevedo, José Estelita - em São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, respectivamente<sup>25</sup>

A partir da intervenção do Estado nas questões das municipalidades, é importante trazer a Lei Orgânica dos Municípios, estabelecendo as competências referentes às cidades e ao Distrito Federal, fiscalizadas pelo órgão competente Departamento de Organização Municipal. Como exemplo dessas atribuições, entre vinte e seis outras, no Artigo 14, da Lei N. 2.484, 16 de dezembro de 1935, promulgada pelo estado de São Paulo, estão presentes:

1) - á administração de seus bens, tanto de uso publico como patrimoniaes; 2) - á aquisição e alienação de bens, acceitação de doações, legados, heranças e respectiva applicação; 3) - ao orçamento da receita e despesa municipaes, decretação de impostos, taxas e emolumentos, arrecadação e applicação de suas rendas; 4) - á execução de obras a serviços de interesse municipal; 5) - à concessão de privilegios a particulares, por prazo não excedente de trinta annos, para obras e serviços que demandem grandes capitaes, observadas as limitações impostas pela Constituição Federal e leis que regem o assumpto; 6) - á desapropriação por utilidade ou necessidade do municipio, nos casos e pela fórmula estabelecida em lei; 7) - ao fomento da lavoura, das artes, das sciencias e das industrias no municipio, por meio de medidas e auxilios, que não impliquem privilegio, ou favor pessoal (...)<sup>26</sup>.

O município de Mineiros do Tietê/SP, não foge à regra. Ao analisar as Atas da Câmara Municipal<sup>27</sup>, é possível notar como todos esses novos meios de administração pública mudaram a maneira como se regia internamente um município. As intercorrências experienciadas por tais ações governamentais, podem ser observadas nesses documentos, sendo necessário retomar a discussão sobre o golpe de 1930. A análise começa a ser realizada a partir de fevereiro do mesmo ano, entretanto, são registrados apenas atividades rotineiras em reuniões ordinárias, arguição de balancetes financeiros do ano anterior (1929), revisão de contrato com a Cia Paulista de Força e Luz, aumento de verba à banda da cidade Carlos Gomes etc.

<sup>25</sup> FELDMAN, Sarah. Instituições de urbanismo no Brasil na década de 1930: olhar técnico e dimensão urbano-industrial. 2018. Tese (Livre Docência em Teoria e História do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, p. 59, 2008.

<sup>26</sup> SÃO PAULO. Lei nº 2.484, de 16/12/1935. p. 3, 1935. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1935/lei-2484-16.12.1935.html>

<sup>27</sup> Importante frisar que a análise de tais materiais parte de sua condição como documento oficial, constituídas de um suporte documental restrito ao âmbito político-administrativo, que oferecem uma ótica do funcionamento interno da sociedade estudada, sobretudo quando relacionamos, entrecruzamos e confrontamos as informações, nelas explícitas ou implícitas, com outros tipos de fontes documentais.



O panorama só começa a mudar em 18 de outubro de 1930 quando é realizada uma reunião extraordinária, na qual o prefeito municipal fica autorizado a organizar uma tabela com os preços máximos para venda de gêneros de primeira necessidade devido à “situação anormal por que atravessa o paiz”<sup>28</sup> e para que evite explorações do comércio em geral no município. A situação anormal a qual é referida, pode ser associada às instabilidades que estavam ocorrendo no mesmo mês e ano em que Getúlio Vargas assume a presidência do Brasil. Todavia, tal afirmação não é concreta, apenas uma possibilidade, já que o documento não explicita a anormalidade referida.

Há um hiato de sessões ordinárias e extraordinárias de outubro de 1930 a outubro de 1933 quando não houve registros nas atas, cabendo investigar a razão. A resposta pode ser encontrada em dois decretos emitidos em 1930 e 1931 que acabaram condicionando o formato e as práticas engendradas nas instituições adotadas durante o estado getulista.

Primeiramente, quando instaurado o governo provisório sob a liderança de Getúlio Vargas, esse extingue todos os órgãos legislativos e deliberativos do país, inclusive as Câmaras e Assembleias Municipais, ou qualquer outra forma de organização vigente. A medida determinava que os governos municipais passassem a ser de escolha do governo estadual. Cada município era administrado por um prefeito que, assim como o chefe do governo provisório e o interventor federal nos estados, deveria exercer funções tanto legislativas quanto executivas. Nesse contexto, as administrações municipais ficaram sob controle total dos governos estaduais, e o interventor federal possuía o poder de destituir o prefeito conforme julgar necessário, assim como anular ou alterar suas decisões e orientá-lo.

Já o decreto de 1931 cria conselhos consultivos nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, com regras para a administração local. Esses conselhos, formados por cidadãos brasileiros que não fossem funcionários públicos ou de empresas ligadas ao governo, colaboraram voluntariamente com a gestão pública, oferecendo pareceres sobre questões municipais e recursos de decisões do interventor. Nos municípios, os conselhos eram compostos por três ou mais membros, incluindo os maiores contribuintes, indicados pelo prefeito e pelo interventor. Assim, o decreto cria um espaço de participação da sociedade com representatividade política e mecanismos definidos de indicação<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> MINEIROS DO TIETÊ. Ata da Câmara Municipal. 1930, p. 15.

<sup>29</sup> O decreto, ao autorizar a inclusão de indivíduos nomeados pelo prefeito ou interventor, entre eles os principais contribuintes, reforçava, de certa maneira, a influência daqueles que, ao sobressaírem economicamente, também adquiriam poder político. Isso sugere que a representatividade da população de Mineiros do Tietê era condicionada à sua posição social e econômica, priorizando demandas específicas desse grupo enquanto as questões da população em geral eram negligenciadas.

Ainda sobre a pausa das sessões entre os anos de 1930 a 1933, não é possível esquecer da Revolução Constitucionalista de 1932, a instabilidade gerada pela revolta fez com que o governo provisório de Getúlio Vargas adotasse medidas para restabelecer a ordem no regime republicano. Assim, foi instituída uma nova Lei Eleitoral e convocadas eleições, realizadas no ano seguinte. Como resultado, uma nova assembleia constituinte foi empossada em novembro de 1933, com o propósito de atender às demandas políticas que surgiram após a derrubada do regime oligárquico. A Lei Eleitoral que vigorava a partir desse período, foi seguida pelos membros da Câmara de Mineiros do Tietê/SP e pode ser vista nos registros das sessões.

Em outubro de 1933, quando as sessões retomaram, passaram a ocorrer no gabinete da prefeitura, deixando o antigo prédio da Câmara Municipal, sem distinção clara entre encontros ordinários e extraordinários. Nesse período, o prefeito foi exonerado por meio de uma publicação no Diário Oficial do Estado, sendo obrigado a prestar contas à Caixa Econômica local e a deixar todo o mobiliário e demais pertences na sede da prefeitura. Uma nova reunião ocorreu no gabinete para marcar a posse do novo prefeito, com a seguinte declaração: “representantes de todas as classes sociais, funcionários estatais e fiscais, foram pelo cidadão Francisco Cypriano”<sup>30</sup>, ressaltando que a escolha de Francisco Cypriano como novo prefeito refletia a vontade de todos os segmentos da comunidade.

Entretanto, sem grandes surpresas, em 1934 também não há registros de sessões. No dia 16 de julho de 1934, foi promulgada uma nova constituição, composta por 187 artigos. De modo geral, essa carta manteve diversos elementos já estabelecidos pela constituição de 1891. Entre as principais diretrizes preservadas estavam o princípio federalista, que continuava a organizar o país como uma República Federativa; a realização de eleições diretas para a escolha dos representantes dos poderes Executivo e Legislativo; e a divisão dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário.

No âmbito da administração municipal, as ambiguidades presentes na Constituição de 1934 se tornam claras. De um lado, o texto constitucional assegura que os municípios devem ser organizados de maneira a garantir-lhes autonomia em questões de interesse próprio, especialmente quanto à eleição de prefeitos e vereadores. A figura do prefeito torna-se obrigatória em todas as cidades, podendo ser escolhida pelo voto popular ou pelas Câmaras Municipais. Por outro lado, a carta ainda permite que, no caso do Município da Capital e das estâncias hidrominerais, o prefeito seja nomeado diretamente pelo governo do Estado<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> MINEIROS DO TIETÊ. Ata da Câmara Municipal. 1933, p. 23

<sup>31</sup> BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, Art. 13, Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)

Embora a Constituição de 1934 tenha trazido avanços democráticos, ela também revelou seu caráter autoritário ao excluir a aplicação das novas leis eleitorais na escolha do presidente. Assim, Getúlio Vargas acabou sendo eleito de forma indireta, por meio de uma Assembleia Constituinte composta majoritariamente por seus apoiadores, que asseguraram um novo mandato de quatro anos, consolidando seu poder de maneira estratégica.

A volta das sessões em maio de 1935, decreta o novo prefeito de Mineiros do Tietê/SP, Doutor Salvador Mercadante, assumindo com os seguintes dizeres: “Prometo exercer com dedicação e lealdade as funções de Prefeito municipal de Mineiros respeitando a Constituição Federal e a deste Estado...”<sup>32</sup>.

O próximo registro em ata só voltou a ser feito em junho de 1936, tendo como pauta a instalação oficial da Câmara Municipal de Mineiros. Durante a cerimônia de inauguração do espaço, realizou-se também a posse dos cargos eletivos após o pleito ocorrido naquele mesmo dia. O prefeito orientou sobre os procedimentos para garantir o sigilo do voto nas eleições para presidente, vice e secretário da Câmara, conforme as normas estabelecidas pelo Código Eleitoral<sup>33</sup>. Sem qualquer contestação, os candidatos que obtiveram quatro votos ou mais foram eleitos: Ângelo Zugliani para presidente, João Rizzi como vice e Salvador Roque como secretário. Em julho do mesmo ano começa-se a confeccionar Projeto de Regimento Interno da Câmara e suas resoluções<sup>34</sup>. Entretanto, até novembro de 1936, não foi concluído o regimento.

Em 1937 os registros e sessões entram novamente em hiato, pois as Câmaras Municipais foram fechadas, como consequência das medidas impostas pelo regime do Estado Novo. Um exemplo claro é a Câmara de São Paulo, que, quando reaberta após o primeiro fechamento, teve suas atividades temporariamente transferidas para o Theatro Municipal<sup>35</sup>. O

<sup>32</sup> MINEIROS DO TIETÊ. Ata da Câmara Municipal. 1936, p. 35

<sup>33</sup> As formalidades descritas no código para que se vote são: uso de sobrecartas uniformes, opacas e fornecidas pela - ilegível- e rubricadas a medida que fossem sendo entregues aos vereadores, presidente e pelo secretário; Lacrar a carta antes de inseri-la na urna; Confirmar a identificação na sobrecarta e identidade; Usar uma cédula para cada cargo apresentado, sendo prefeito, vice-prefeito e secretário; papel retangular, escritos impressos ou datilografados para não revelar a identidade do votante; procedimentos realizados em salas vizinhas e indevassáveis.

<sup>34</sup> Os projetos de resolução eram destinados a regular as matérias da competência privativa da Câmara e as de caráter político, processual, legislativo ou administrativo. A resolução aprovada e promulgada tinha eficácia de lei ordinária. Enquanto o requerimento interno era um conjunto de normas e procedimentos para conduzir o andamento de tudo que acontece dentro da Câmara Municipal, facilitando assim, o gerenciamento das atividades. Mais sobre em:

[https://educacaoa distancia.camara.leg.br/cli que \\_regimento/card/8#:~: text=O%20Projeto%20de%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9,perda%20de%20mandato%20de%20Deputado.](https://educacaoa distancia.camara.leg.br/cli que _regimento/card/8#:~: text=O%20Projeto%20de%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9,perda%20de%20mandato%20de%20Deputado.)

<sup>35</sup> Câmara Municipal de São Paulo. Histórico da Câmara. São Paulo: Câmara Municipal. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/institucional/publicacoes/historico-da-camara/>.

caso de Mineiros, nesse mesmo período, guarda certa semelhança, pois também teve suas funções realocadas para uma sala dentro da prefeitura, denominado salão nobre, refletindo as adaptações necessárias diante do cenário político da época. A situação mostra maior centralização do poder executivo sobre o legislativo. As câmaras municipais passaram a ser menos influentes e muitos prefeitos eram nomeados diretamente por Vargas.

Apenas em outubro de 1939 as sessões voltaram a ocorrer, delimitando as zonas urbanas e suburbanas do município de Mineiros, a vigorar a partir de janeiro de 1940. Tal exercício contou com a presença do coletor estadual da cidade, representante da Fazenda Estadual, Diretor do Grupo Escolar local, contador da prefeitura, membros do Diretório Municipal de Geografia, além de secretários, prefeito e presidente da câmara. Com as definições prontas, foi feito um memorial descritivo da nova linha perimétrica da cidade, dividido em Zona Urbana, Zona Suburbana e Zona Rural.

Zona Urbana: Começa na rua Municipal, vai até o cruzamento da linha 27 de agosto com a rua Cel. Odorico, subindo em linha transversal até a rua do Comércio, no cruzamento com a Abolição descendo transversalmente até a rua São Paulo descendo em linha reta até a rua Municipal novamente. Zona Suburbana: Começa na Rua Municipal, esquina da 7 de setembro, até a esquina da rua Sub delegado Ferrinho, prosseguindo por este acima, até encontrar a rua dez, até a Cel. Odorico, descendo a Municipal até a esquina da Edgar Ferraz. Zona Rural: considerada zona rural após 100 metros da linha perimétrica suburbana<sup>36</sup>.

As delimitações urbanas durante o Estado Novo foram influenciadas por um conjunto de fatores relacionados ao projeto autoritário e centralizador do governo Vargas. O controle direto sobre a administração municipal, aliado à expansão da industrialização e da urbanização, resultou em uma redefinição significativa das áreas urbanas, especialmente nas regiões que passaram a ser vistas como estratégicas para o desenvolvimento econômico do país. Nesse sentido, a organização territorial dos municípios, incluindo suas delimitações urbanas, poderia ser redefinida de acordo com os interesses do governo central<sup>37</sup>.

Outro ponto relevante a ser tratado é que durante o Estado Novo, houve um aumento da migração do campo para as cidades, motivado principalmente pela industrialização crescente. As áreas urbanas começaram a se expandir, e a delimitação das zonas urbanas precisou ser adaptada para acomodar o crescimento populacional e o surgimento de novos polos industriais. As cidades, especialmente as capitais e os grandes centros industriais,

---

<sup>36</sup> MINEIROS DO TIETÊ. Ata da Câmara Municipal. 1939, p. 66 - 70.

<sup>37</sup> FARIA, Lina. Centralização e intervenção estatal no Estado Novo. Cadernos AEL, Campinas, v. 7, n. 11, p. 113-133, 2000.



O governo central atuava na regulação de preços e no controle de políticas econômicas locais, como parte de uma política nacional de controle sobre o comércio, especialmente em tempos de guerra, como é o caso da imagem anexada acima. A industrialização acelerada também impactou diretamente a administração local, que passou a gerenciar o crescimento urbano e a adaptação da cidade às novas demandas. Sob essa influência, os municípios deixaram de ser entidades autônomas para se tornarem peças essenciais no projeto nacionalista e desenvolvimentista de Vargas.

## OS JORNAIS DE MINEIROS DO TIETÊ NA ERA VARGAS

A imprensa brasileira nasceu de cima para baixo, nesse sentido o jornalismo local sempre teve pouco espaço histórico, na prática editorial e em análises acadêmicas. Entretanto, as produções interioranas possuem maneiras interessantes de enfrentar o apagamento cultural local, assim como compreender as projeções realizadas sobre um país tão grande quanto o Brasil. Ainda que muitas iniciativas jornalísticas estivessem congruentes a interesses particulares das oligarquias, usadas como ferramentas de propaganda política<sup>39</sup>.

Há números satisfatórios de estudos sobre participações políticas e notícias, aliados e opositores, sobre os jornais, sempre se referindo a grande imprensa e a imprensa alternativa, mas quanto às análises de pequena imprensa, essas ainda são realizadas em quantias ínfimas. Desse modo, é importante classificá-la, os termos pequena imprensa ou imprensa local e regional aqui utilizados, são relativos a jornais de cidades pequenas e médias, ou seja, cidades localizadas no interior dos estados e fora das capitais, cujas manchetes e circulação são, em grande parte, limitadas à região onde são publicados, com foco no cotidiano e a vida das comunidades locais, em vez de abordar temas nacionais ou internacionais de forma tão intensiva<sup>40</sup>.

Por essas razões, foram analisadas edições dos jornais *A Reação* (de abril de 1931 a junho de 1932) e *Jornal de Mineiros* (de janeiro a dezembro de 1939). Cabe destacar que a escolha desses períodos para análise se deveu à disponibilidade de preservação documental,

---

<sup>39</sup> NUNOMURA, Eduardo. Notícias de Segunda Mão: os jornais locais e a cobertura política. 375 f. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, p.17, 2018.

<sup>40</sup> FERREIRA, Caio Vinícius de Carvalho. Pequena imprensa em disputa: uma análise dos jornais Folha de Ituiutaba e do Correio do Triângulo (1964). Revista Brasileira de História da Mídia, VOL. 8 | N° 2 | p.209, 2019.

visto que apenas edições referentes a esses intervalos foram encontradas e posteriormente digitalizadas <sup>41</sup>.

Conforme afirma Tablas e Botura (1990), antes de adotar o nome *A Reação*, o jornal passou por uma fase anterior em que se chamava *O Direito*. No entanto, não se sabe ao certo quando ocorreu sua primeira publicação, sendo seus registros preservados apenas a partir de setembro de 1927, na edição de número 78. As publicações se encerraram no nono ano, sem que se conheça a data exata, e somente reapareceram em dezembro de 1930, já com o título *A Reação*, sob nova propriedade e redação, mas mantendo a mesma estrutura tipográfica e editorial observada na fase anterior<sup>42</sup>.

As razões para o encerramento do jornal, bem como seu retorno sob nova propriedade, com mudança de redator e nome, permanecem desconhecidas, devido à dificuldade em localizar documentos e registros adicionais que pudessem contribuir para elucidar essas questões. Dessa forma, tornam-se evidentes as lacunas deixadas por documentações escassas e fragmentadas. No entanto, não se pode ignorar uma fonte tão valiosa, pois, apesar das limitações, os jornais oferecem uma representação das ideologias, interesses e conflitos sociais de seu tempo. Além disso, podem contribuir significativamente para a construção de um panorama rico sobre a Era Vargas no município de Mineiros do Tietê/SP<sup>43</sup>.

O mesmo ocorre com o *Jornal de Mineiros*, um periódico semanal cuja primeira publicação data de fevereiro de 1938 e cuja última edição foi registrada em 1940. As razões para o seu encerramento permanecem desconhecidas. No entanto, seu conteúdo não deve ser desconsiderado, pelos motivos abordados anteriormente, exposto sua importância inclusive no próprio jornal na edição 58, em abril de 1939 na coluna intitulada Imprensa do Interior. “Conhecer as oficinas de um jornal do interior é conhecer quasi todas as oficinas dos jornaes brasileiros”<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> Considerar o jornal como fonte não implica tratá-lo como um veículo de verdades absolutas, pelo contrário, o objetivo é analisá-lo levando em conta suas parciaisidades. Isso começa pela observação do grupo responsável por sua produção, das relações sociais que esse grupo mantém em diferentes contextos políticos, e das intenções, sejam elas claras ou veladas, de enaltecer ou criticar certos atores políticos. Mais sobre em: SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmar Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. Revista Eletrônica História em Reflexão, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 5, 2010.

<sup>42</sup> TABLAS, Heusner Graef; BOTURA, Nelson Natal. Achados históricos de Mineiros do Tietê. 1. ed., Mineiros do Tietê: Editora Shekiah, p. 93, 1990.

<sup>43</sup> É importante frisar que informações como seu formato, quantas páginas, se era diário ou não, quem era o editor responsável e propriedade, de ambos os jornais estudados, não foram encontradas devido a situação em que as fontes foram encontradas, em arquivos pessoais e doações de antigos moradores, sem registros completos, impossibilitando maior aprofundamento nos mesmos.

<sup>44</sup> PEREIRA, Hermani. Imprensa do Interior. Jornal de Mineiros, 1938.

Na edição de 5 de abril de 1931, do jornal *A Reação* (nº 18), embora a manchete principal não seja o foco desta análise, destaca-se uma pequena coluna localizada na segunda página, intitulada "Associação de Lavradores". Essa coluna revela a preocupação da mencionada associação com a questão do mercado cafeeiro, representando os interesses dos agricultores de Mineiros do Tietê. Tal preocupação é expressa no trecho: "...a Associação dos Lavradores visa a defeza de nossa lavoura cafeeira. Somente reunidos e irmanados, os nossos agricultores poderão exigir dos poderes constituídos do Estado as medidas necessárias para a salvação da lavoura."<sup>45</sup>

A superprodução de café, associada ao aumento da oferta no mercado internacional, resultou em uma expressiva queda nos preços de exportação da mercadoria, exigindo, assim, o controle tanto da produção quanto do comércio do produto. Diante desse cenário, o governo Vargas adotou duas estratégias para enfrentar a crise: centralizou a regulação do setor cafeeiro no âmbito federal e impôs restrições à liberdade de comércio, fundamentadas em princípios voltados para a defesa dos valores nacionais e coletivos<sup>46</sup>.

Imagem 3: Anúncio de jornal sobre consignação de café



Fonte: *A Reação*, 1932

A atuação da Associação de Lavradores estava intrinsecamente ligada às políticas econômicas e sociais implementadas pelo governo Vargas, sendo sua formação motivada pela necessidade de salvaguardar os interesses dos produtores rurais paulistas. Funcionando como uma entidade mediadora entre o setor agrícola e o governo federal, a associação revela a interdependência entre a agricultura e as políticas estatais de desenvolvimento<sup>47</sup>.

<sup>45</sup> LEITE, Olavo. Associação de Lavradores. *A Reação*, Mineiros do Tietê/SP, 1931.

<sup>46</sup> CÂMARA, Jacintho; GASPARI, Filipe. A regulação econômica na Era Vargas: análise da política cafeeira entre 1930 e 1945. *R. de Dir. Público da Economia – RDPE* | Belo Horizonte, ano 14, n. 54, p. 93, 2016.

<sup>47</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.



Tal ação pode ser observada, ainda, em outro trecho da mesma coluna: “Reflectam melhor, não esperem conseguir as cousas sem pedir, e peçam como é preciso”<sup>48</sup>. Evidenciando, também, a centralidade do setor produtivo no projeto de modernização e industrialização promovido pelo Estado, ressaltando o papel estratégico da lavoura paulista nas diretrizes econômicas nacionais.

É relevante destacar que a diminuição da renda nacional em moeda estrangeira, paradoxalmente, criou um cenário favorável ao desenvolvimento industrial, ao mesmo tempo em que permitiu a superprodução de algodão, ultrapassando a do café a partir de 1939. Esse fenômeno atendeu a novos padrões de demanda, tanto nacional quanto internacional, e foi impulsionado por novas políticas públicas voltadas para o cultivo do algodão<sup>49</sup>. Vestígios desse período, em que o algodão se consolidou como o principal produto agrícola, podem ser encontrados no jornal *A Reação*, na coluna intitulada “Uma cultura de grande futuro para a economia de São Paulo”. Nessa coluna, são apresentados cuidados essenciais para a colheita do algodão, além de conselhos sobre como melhorar a qualidade comercial do produto.

Nesse contexto, além da interdependência entre a defesa da integridade territorial, a expansão do mercado interno e o desenvolvimento da industrialização, o primeiro governo Vargas fundamentou suas políticas de deslocamento populacional no nacionalismo e na construção da identidade nacional. Esses fatores estavam ligados à preocupação com a presença de estrangeiros, à prioridade dada ao trabalhador nacional nos projetos de colonização e à formação de um mercado de trabalho interno<sup>50</sup>.

Durante três edições consecutivas do jornal *A Reação*, a questão do nacionalismo foi abordada em destaque na primeira página, em textos assinados por Teófilo Xavier de Mendonça<sup>51</sup>. Nesses escritos, são discutidas as percepções sobre a presença de estrangeiros no Brasil, enfatizando que, além dos “portugueses, índio e negro”, “o nosso solo é o cadinho onde se amalgamam quasi todas as raças de que a etnografia nos dá notícia, para surgir daí o tipo racial brasileiro”. O objetivo dessas reflexões era incitar nos estrangeiros não apenas o amor por suas pátrias de origem, mas também por sua nova pátria, o Brasil, com o intuito de “nacionalizar a própria gente” e, assim, obter “um resultado seguro de benefícios para o paiz”,

<sup>48</sup> LEITE, Olavo. Associação de Lavradores. *A Reação*, Mineiros do Tietê/SP, 1931.

<sup>49</sup> AGNELLI, Henrique Pons. A economia do algodão no Brasil, 1930-1945: industrialização, crise cambial e política externa. 2022. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, p. 15, 2022.

<sup>50</sup> COSTA, Julio Cesar Zorzenon. Deslocamentos populacionais no primeiro governo Vargas: nacionalismo e intervencionismo estatal. XI Congresso Brasileiro de História Econômica, Vitória/ES, p. 4, 2015.

<sup>51</sup> Através da observação de alguns anúncios presentes no jornal, foi possível constatar que Teófilo Xavier foi advogado, residente da cidade ao lado, Jaú, atuando em todas as Comarcas do Estado de São Paulo.

por meio da “formação de uma consciencia coletiva” e do trabalho, especialmente na juventude<sup>52</sup>.

Entretanto, é válido lembrar que o governo de Getúlio Vargas implementou uma política imigratória restritiva e marcada pelo racismo, bloqueando a concessão de vistos a judeus, ciganos, negros e japoneses com base em justificativas racistas. O discurso oficial atribuía a essas minorias características que as tornavam, em conjunto, indesejáveis e "indigestas" para a sociedade brasileira. E a prática que levaria ao futuro da nação incitada tanto pelo governo, quanto pelo jornal abordado, dizem respeito aos “bons” imigrantes, tendo como critérios elementos étnicos e ideológicos<sup>53</sup>

Em 1939, na publicação intitulada *Nacionalização e bom senso*, veiculada no *Jornal de Mineiros*<sup>54</sup>, é evidente a preocupação com os imigrantes e a campanha de nacionalização. O texto critica o que considera ser a falta de planejamento adequado na gestão das levadas migratórias que chegavam ao país, permitindo que os imigrantes, sem orientação do Estado, formassem suas próprias comunidades e escolas, onde educavam seus filhos com valores estrangeiros, alheios à cultura brasileira. Como consequência, muitos desses imigrantes e seus descendentes ignoravam até mesmo a língua nacional.

Voltando a abril de 1932, as manifestações em prol de uma nova constituição tornaram-se destaque na primeira página do jornal *A Reação*, coluna, também, escrita por Teófilo Xavier de Mendonça. O autor inicia incitando os leitores "armamo-nos, idealmente, cavaleiros da constitucionalização do Brasil", justificando a urgência do restabelecimento do regime legal com as palavras "precisamos do restabelecimento do regime da lei. E isto o quanto antes. Mas, não ambicionamos uma constituição qualquer." Para esse movimento, seja ele "social ou político", Mendonça propunha uma ação em cinco fases: preparatória, catalítica, transitória, reconstrutiva e definitiva, e dessa maneira alcançar a Constituição desejada<sup>55</sup>.

Uma nota sobre o comunismo, originalmente publicada no jornal *Estado de São Paulo* (hoje *Estadão*), foi reproduzida pelo jornal *A Reação* com a intenção de incentivar uma leitura atenta e imediata por parte de seus leitores. Esperava-se que, após a leitura, os cidadãos assumissem seus deveres cívicos, engajando-se ativamente na propaganda anticomunista. O comunismo era retratado como uma ideologia que buscava desorganizar e prejudicar o país, representando uma ameaça ao Estado. A chamada "ameaça vermelha" fazia parte do imaginário

<sup>52</sup> MENDONÇA, Teófilo Xavier de. Nacionalismo. *A Reação*, Mineiros do Tietê/SP, 1932.

<sup>53</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. *Revista USP*, São Paulo, n. 119, p. 115-130, 2018.

<sup>54</sup> PEREIRA, Hermani. Nacionalização e bom senso. *Jornal de Mineiros*, 1939.

<sup>55</sup> MENDONÇA, Teófilo Xavier de. Constituinte. *A Reação*, Mineiros do Tietê/SP, 1932.

social e político da época, fomentado por construções discursivas promovidas pelo governo com o objetivo de se manter no poder.

Esse discurso também mobilizou a juventude a intervir ativamente "nas questões e problemas brasileiros", podendo ser encontradas em diversos trechos do jornal *A Reação*. "Ou os moços se compenetraram de sua missão e cream uma patria nova para os seus filhos, ou serão dominados pela herança perigosa de seus antecessores. Assim: ou merecerão a glorificação ou repudio da posteridade"<sup>56</sup>.

Ao analisar os conteúdos expostos nos dois jornais, percebe-se que a visão transmitida pouco varia, mesmo considerando diferentes períodos de publicação. Como é típico da imprensa local, a maior parte das páginas é dedicada a temas relevantes para a comunidade, sem, no entanto, desvincular-se do contexto político. As colunas abordam desde decisões administrativas da prefeitura, questões de âmbito estadual, como as que envolvem São Paulo, até mesmo atualizações sobre o exército brasileiro e reformas na Igreja, revelando uma tendência alinhada ao governo Vargas, mais como apoio do que oposição, ainda que as pautas cafeiras e constitucionalistas sugiram pontos de vistas diferentes.

Sem emitir juízos de valor, é importante reconhecer que aqueles que produziram, financiaram e publicaram esses jornais eram homens inseridos em seu contexto histórico, agindo conforme os ideais dominantes da época. Visto em trecho do *Jornal de Mineiros*:

Mas a política atual é um milagre de fé. E os que não querem ver, sistematicamente não podem negar que o Brasil envereda pelo caminho certo, ao menos pelo caminho que mais se identifica com suas e nossas realidades ambientes. Vamos, agora, corajosamente iniciando a grande e autêntica obra do Brasil novo, abandonando de vez os métodos rotineiros que nos traziam submersos em lago estreito, iludidos com as questões criadas pelo comodismo partidário, embaçador dos horizontes limpidos que urgia descorntinássemos<sup>57</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Era Vargas representou um momento de profundas mudanças estruturais no Brasil, com centralização do poder e a implementação de políticas desenvolvimentistas que afetaram diretamente os municípios. A criação de órgãos como o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) marcou a tentativa de modernizar e burocratizar a gestão pública, embora práticas patrimonialistas e clientelistas ainda persistissem. Esse movimento foi

<sup>56</sup> MENDONÇA, Teófilo Xavier de. O papel da mocidade. *A Reação*, Mineiros do Tietê/SP, 1932.

<sup>57</sup> VISCONTI, Januário. Influxo construtor da política. *Jornal de Mineiros*, 1939.

particularmente importante para moldar a organização administrativa dos municípios, incluindo Mineiros do Tietê, como pode ser visto nas atas da Câmara Municipal. As reuniões passaram a refletir a nova ordem política, especialmente com a nomeação de prefeitos pelo governo estadual, e a centralização das decisões locais em questões como o controle de preços de produtos essenciais.

A análise dos jornais, como *A Reação* e o *Jornal de Mineiros*, também permite compreender a relação entre a política nacional e os interesses locais. Esses veículos, ainda que ligados a interesses específicos das elites, serviam como ferramentas de comunicação e controle ideológico, reforçando narrativas nacionalistas e o desenvolvimento econômico proposto pelo governo Vargas. Além disso, os jornais refletem preocupações específicas da comunidade agrícola, especialmente com relação à crise cafeeira e à expansão de outras culturas, como o algodão.

Os jornais também revelam o papel da propaganda política na construção de uma imagem favorável ao governo de Vargas. As colunas nacionalistas e anticomunistas publicadas em ambos os periódicos ilustram como a imprensa local foi utilizada para promover a ideologia do Estado Novo e reforçar a narrativa de um Brasil unificado e forte sob o comando de Vargas. Essa relação entre imprensa e política foi essencial para manter o controle ideológico e legitimar as ações centralizadoras do governo.

Em suma, as transformações ocorridas na Era Vargas, especialmente no que diz respeito à centralização do poder e à reforma da administração pública, impactaram diretamente as pequenas cidades como Mineiros do Tietê. A análise das atas da Câmara Municipal e dos jornais locais permite compreender como essas mudanças foram recebidas e adaptadas ao contexto local, revelando a interdependência entre o projeto nacional de Vargas e as dinâmicas regionais.

As reformas administrativas, a regulação econômica e a propaganda política convergiram para moldar a vida política e social das cidades do interior, consolidando a visão de um Estado centralizado e desenvolvimentista. As fontes analisadas demonstram como essas mudanças foram internalizadas pelos atores locais, refletindo o alcance e a profundidade do projeto varguista em todo o território nacional.

## FONTES

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, Decreto legislativo nº 6, Art. 13, Rio de Janeiro, 1934.

BRASIL. Poder Legislativo. LEI Nº 38, DE 4 DE ABRIL DE 1935, cap 1, art 1, 1935.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Histórico da Câmara. São Paulo: Câmara Municipal. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/institucional/publicacoes/historico-da-camara/>. Acesso em: 14 de outubro de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

LEITE, Olavo. Associação de Lavradores. A Reação, Mineiros do Tietê/SP, 1931.

MENDONÇA, Teófilo Xavier de. Constituinte. A Reação, Mineiros do Tietê/SP, 1932.

MENDONÇA, Teófilo Xavier de. Nacionalismo. A Reação, Mineiros do Tietê/SP, 1932.

MENDONÇA, Teófilo Xavier de. O papel da mocidade. A Reação, Mineiros do Tietê/SP, 1932.

MINEIROS DO TIETÊ. Ata da Câmara Municipal. 1930 a 1945.

PEREIRA, Hermani. Imprensa do Interior. Jornal de Mineiros, 1938.

PEREIRA, Hermani. Nacionalização e bom senso. Jornal de Mineiros, 1939.

SÃO PAULO. Lei nº 2.484, de 16/12/1935. p. 3, 1935.

VISCONTI, Januário. Influxo construtor da política. Jornal de Mineiros, 1939.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNELLI, Henrique Pons. **A economia do algodão no Brasil, 1930-1945**: industrialização, crise cambial e política externa. 2022. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, p. 15, 2022.

BALBI, Irineu Belo; ISMAEL, Ricardo Emmanuel de Carvalho. **Reforma administrativa no Brasil em perspectiva histórica**: centralização, modelo burocrático e desenvolvimento. Dissertação de Mestrado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p.19. 2015.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Do Estado Patrimonial ao Gerencial. In: Afrânio Garcia; Ignacy Sachs; Jorge Wilhelm; Paulo Sérgio de M.S. Pinheiro (Orgs.). **Brasil: Um Século de Transformações**. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 2001.

CÂMARA, Jacintho; GASPARI, Filipe. A regulação econômica na Era Vargas: análise da política cafeeira entre 1930 e 1945. **R. de Dir. Público da Economia – RDPE** | Belo Horizonte, ano 14, n. 54, 2016.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, São Paulo, n. 119, p. 115-130, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. In: **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

COSTA, Julio Cesar Zorzenon. Deslocamentos populacionais no primeiro governo Vargas: nacionalismo e intervencionismo estatal. **XI Congresso Brasileiro de História Econômica**, Vitória/ES, 2015.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed. 1, 2000.

DE SOUZA, R. L. OLIVEIRA VIANA, DEMOCRATA? **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 4, n. 2, 2007

FARIA, Lina. Centralização e intervenção estatal no Estado Novo. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 7, n. 11, p. 113-133, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

FELDMAN, Sarah. **Instituições de urbanismo no Brasil na década de 1930**: olhar técnico e dimensão urbano-industrial. 2018. Tese (Livre Docência em Teoria e História do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

FERREIRA, Caio Vinícius de Carvalho. Pequena imprensa em disputa: uma análise dos jornais Folha de Ituiutaba e do Correio do Triângulo (1964). **Revista Brasileira de História da Mídia**, VOL. 8 | Nº 2 | 2019.

FONSECA, Pedro. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. **Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo no Estado Novo: a "moralização" das cidades brasileiras. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 163-180, 2004.

MARTINY, Carina. **Das presenças e ausências**: as Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí (1875 a 1892) como fonte de pesquisa. 2008.

MEDEIROS, P. H. R. Do Modelo Racional-Legal ao Paradigma Pós-Burocrático: Reflexões sobre a Burocracia Estatal. **Organizações & Sociedade**, [S. l.], v. 13, n. 37, 2014.

NUNOMURA, Eduardo. **Notícias de Segunda Mão**: os jornais locais e a cobertura política. 375 f. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, p.17, 2018.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 30: as incertezas do regime. In: ANPUH – **XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, João Pessoa, 2003.

TABLAS, Heusner Grael; BOTURA, Nelson Natal. **Achados históricos de Mineiros do Tietê**. 1. ed., Mineiros do Tietê: Editora Shekiah, 1990.

VIEIRA; PEREIRA, Marcello Amorim; Rafael Jorge Schaeffer. POSTURAS ANTAGÔNICAS E ANSEIOS DE MUDANÇA: UM OLHAR SOBRE A INTENTONA COMUNISTA DE 1935. **Anais da XI Semana de História UFES**, 2018.